



UFSM

ARTIGO MONOGRÁFICO

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DÉFICIT COGNITIVO: CONTRIBUIÇÕES
DA SALA DE RECURSOS E SUAS METODOLOGIAS PARA AS
ADAPTAÇÕES CURRICULARES**

SOLANGE DE SANTIS ALVES ARCE

PROESP/SEESP/CAPES/MEC/UFSM

São Borja, RS, Brasil

2007

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DÉFICIT COGNITIVO: CONTRIBUIÇÕES
DA SALA DE RECURSOS E SUAS METODOLOGIAS PARA AS
ADAPTAÇÕES CURRICULARES**

por

SOLANGE DE SANTIS ALVES ARCE

Artigo apresentado no Curso de Pós-Graduação em
Educação de Surdos e Déficit Cognitivo, do Centro de Educação da
Universidade Federal de Santa Maria em convênio com a Fundação
Áttila Taborda – URCAMP – Campus de São Borja/RS, como requisito
parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial:
Déficit Cognitivo e Educação de Surdos**

PROESP/SEESP/CAPES/MEC/UFSM

São Borja, RS, Brasil

2007

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação – Especialização em Educação
Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo
Monográfico de Especialização

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DÉFICIT COGNITIVO: CONTRIBUIÇÕES
DA SALA DE RECURSOS E SUAS METODOLOGIAS PARA AS
ADAPTAÇÕES CURRICULARES**

elaborado por

SOLANGE DE SANTIS ALVES ARCE

como requisito parcial para obtenção do grau de

*Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos*

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Márcia Lise Lunardi
Presidente/Orientadora

Prof^a. Ms. Vera Lúcia Marostega
Examinadora

Prof^a. Ms. Ângela Nediane dos Santos
Examinadora

São Borja, RS, Brasil

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DÉFICIT COGNITIVO: CONTRIBUIÇÕES DA SALA DE RECURSOS E SUAS METODOLOGIAS PARA AS ADAPTAÇÕES CURRICULARES

AUTORA: SOLANGE DE SANTIS ALVES ARCE

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. MÁRCIA LISE LUNARDI

SÃO BORJA, RS

A Educação Inclusiva trouxe inúmeras reflexões, discussões e buscou criar situações que nos fazem perceber o quanto ainda é necessário aprender a respeitar as diferenças dos os alunos, pois muitos deles, mesmo em sala de aula, continuam excluídos. Para isso, é preciso tentar encontrar soluções e metodologias mais adequadas para que todos tenham chance de aprender, buscando atender às necessidades de cada um. Isso é o que buscam ações legislativas construídas a partir da assinatura e do comprometimento do Brasil com a Declaração de Salamanca e outras Declarações. Assim, uma escola de qualidade, com atendimento especializado garantindo aos alunos – através de uma sala de recursos multifuncionais e com professores capacitados com materiais didático-pedagógicos – é o suporte necessário para atender às suas individualidades e para que todos os professores da sala comum consigam proporcionar o acesso ao conhecimento em um ambiente rico em estímulos para futuro enfrentamento do cotidiano. Esse atendimento deverá ser individual ou em pequenos grupos, em horário inverso ao das classes comuns onde o aluno está matriculado. O professor da sala de recursos deve preparar-se para atender cada um, de acordo com suas necessidades especiais, proporcionando condições de o próprio educando executar todo tipo de trabalho possível, começando do mais simples para o mais complexo e adotando estratégias que o motivem a realizar as tarefas para que tenha melhor aproveitamento. Esse espaço para atendimento educacional especializado pode atender alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, hiperatividade, déficit de atenção, déficit cognitivo ou outras necessidades educacionais especiais. Dependendo do caso, são necessárias ajudas técnicas ou equipamentos e também a atuação conjunta, pois a inclusão é um desafio de todos e não apenas

do professor da sala de recursos. Os dados obtidos na Pesquisa de Campo refletem que é muito difícil ter aluno com déficit cognitivo em sala de aula, visto que todas as entrevistadas consideram-se despreparadas para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais. Além do mais, os referidos alunos necessitam de que a escola ofereça sala de recursos e ampla maioria das escolas não dispõe desse atendimento. Mesmo dispondo da referida sala é de suma importância que o professor que trabalhe nela seja qualificado e capacitado para o trabalho, o qual deverá ser em consonância com a da professora da turma.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão – sala de recursos multifuncionais – metodologias adequadas

ABSTRACT

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DÉFICIT COGNITIVO: CONTRIBUIÇÕES DA SALA DE RECURSOS E SUAS METODOLOGIAS PARA AS ADAPTAÇÕES CURRICULARES

AUTORA: SOLANGE DE SANTIS ALVES ARCE

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. MÁRCIA LISE LUNARDI

SÃO BORJA, RS

The Inclusive Education brought countless reflections, discussions and it looked for to create situations that make to notice us the as it is still necessary to learn to respect the differences of the the students, because many of them, even in classroom, they continue excluded. For that, it is necessary to try to find solutions and more appropriate methodologies for all to have chance of learning, looking for to assist to the needs of each one. That is what look for legislative actions built starting from the signature and of the compromising of Brazil with the Declaration of Salamanca and other Declarations. Like this, a quality school, with specialized service guaranteeing to the students-through a room of resources multifuncionais and with teachers qualified with didactic-pedagogic materials-it is the necessary support to assist to their individualities and so that all of the teachers of the common room get to provide the access to the knowledge in a rich atmosphere in incentives for future enfrentamento of the daily. That service should be individual or in small groups, in inverse schedule to the of the common classes where the student is registered. The teacher of the room of resources should get ready to assist each one, in agreement with their special needs, providing the own student's conditions to execute every type of possible work, beginning of the simplest for the more compound and adopting strategies that motivate him/it to accomplish the tasks so that he has better use. That space for specialized education service can assist students with deficiency, high habilidades/superdotação, hyperactivity, deficit of attention, cognitive deficit or other special education needs. Depending on the case, they are necessary helps techniques or equipments and also the united performance, because the inclusion is a challenge of all and not just of the teacher of the room of resources. The data obtained in the

Research of Field contemplate that it is very difficult to have student with cognitive deficit in classroom, because all the interviewees are considered despreparadas to act with students with special educational needs. Besides, referred them students need that the school offers room of resources and wide majority of the schools doesn't have that service. Same having the referred room is of addition importance that the teacher that works in her is qualified and qualified for the work, which should be in consonance with the one of the teacher of the group.

KEY-WORD: inclusion – room of resources multifuncionais – appropriate methodologies

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DÉFICIT COGNITIVO: CONTRIBUIÇÕES DA SALA DE RECURSOS E SUAS METODOLOGIAS PARA AS ADAPTAÇÕES CURRICULARES¹

Solange de Santis Alves Arce²

1 APRESENTAÇÃO

A dificuldade da escola em lidar com o aluno diferente do idealizado, a falta de conhecimento e domínio de metodologias mais adequadas e a pouca valorização do trabalho docente na área vai gerando conflitos cada vez maiores, tanto ao aluno com necessidades educativas especiais quanto na instituição escolar.

Para adaptar-se à nova realidade educacional com vistas à inclusão é preciso enfrentar problemas educacionais, buscando alternativas e estratégias através da pesquisa e ação consciente. Para isso, sentiu-se a necessidade de ampliar-se conhecimento sobre o assunto, buscando-se cada vez mais condições favoráveis e métodos para atender a todos com qualidade.

Hipotetizou-se que a desqualificação profissional para trabalhar com crianças que apresentam déficit cognitivo não contribui para que a educação seja inclusiva e que a falta de projetos específicos de inclusão, as adaptações curriculares, metodológicas adequadas e avaliativas, bem como a homogeneização dos alunos reforça cada vez mais a exclusão.

As observações e reflexões utilizadas nesta pesquisa também fazem parte de uma rotina de trabalho como professora de sala de recursos com atendimentos individuais e também como professora de primeira série de sala comum, trabalhando com um grupo maior de alunos.

É nesse contexto que se delimitou o tema para estudo: “Adaptações curriculares para serviços de apoio às crianças com déficit cognitivo nas séries iniciais do Ensino

¹ Artigo desenvolvido no Curso de Pós-Graduação – Especialização em Educação de Surdos e Déficit Cognitivo, orientada pela Prof^a. Dr^a. Márcia Lise Lunardi.

² Aluna do Curso de Pós-Graduação do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria em convênio com a Fundação Áttila Taborda – URCAMP – Campus de São Borja/RS, em Educação de Surdos e Déficit Cognitivo.

Fundamental”. Nesse sentido, parte-se da premissa de que tanto o (a) professor (a) da sala de aula comum e o da sala de recursos requer reflexão e aperfeiçoamento constantes.

Os dados serão coletados a partir de observações, entrevistas com professoras da rede municipal e estadual da cidade de São Borja, informações fornecidas pela pesquisa bibliográfica, além de incursionar em áreas afins como as políticas públicas de inclusão, que pressupõem a reestruturação do sistema educacional. Isso colabora para que se compreenda que não adianta garantir apenas o acesso à escola, é preciso conseguir ensinar também àqueles alunos que possuem algum tipo de necessidade educativa especial. Daí, são necessários estratégias diferenciadas para apoiar, complementar ou até substituir o ensino comum.

Este trabalho foi impulsionado por essa prática de mais de seis anos de atuação em escola pública, lugar em que foi possível praticar e questionar a prática pedagógica, refletindo sobre erros e acertos. Considerando-se que os erros fazem parte do processo de aprendizado.

Durante algum tempo, acreditou-se estar no caminho certo, mas o resultado ainda era insatisfatório devido às reprovações de muitos alunos, principalmente na 1ª série do Ensino Fundamental. Essa insatisfação, em vez de fazer com que se ficasse estagnada, forneceu motivação para uma busca de alternativas.

A presença em sala de aula, de crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem ou características fora do padrão dos ditos “normais” é uma constante preocupação para os professores. Na grande maioria das vezes é um desafio para o educador e mais ainda quando o aluno apresenta um rendimento abaixo da média da turma, o professor logo percebe, mas muitas vezes não sabe o que fazer para ajudar esse aluno.

Muitas reflexões, discussões e até ações para esse fim são, atualmente, bem divulgadas no ambiente escolar e todos entendem que esta criança precisa de um atendimento especializado e de estratégias e metodologias de ensino diferenciadas que auxiliem no seu desenvolvimento.

Pretende-se, ao longo dessa pesquisa, verificar “como a utilização de metodologias mais adequadas criadas pela sala de recursos contribui para um melhor rendimento na escolarização dos alunos com déficit cognitivo?”

A escolha desse tema foi motivada pela necessidade de se discutir questões relacionadas também à formação do professor da sala de recursos, levando em

conta o contexto atual, bem como a busca da melhoria da qualidade da educação do município de São Borja.

A escolha desse tema se justifica pela necessidade de consolidação das políticas públicas, tendo em vista também a busca pela redução das desigualdades educacionais, o que atualmente se verifica. Para isso, apresentam-se algumas questões que envolvem as pessoas com déficit cognitivo em suas relações com a educação escolar, bem como, algumas perspectivas de modo a favorecer o rendimento acadêmico desses alunos.

Este trabalho de investigação foi realizado com seis professoras da rede pública do município, sendo que três da Rede Municipal e três da Rede Estadual da cidade de São Borja têm alunos com déficit cognitivo incluídos na sala comum na qual lecionam. A falta de projetos de inclusão nas escolas e o trabalho docente do Ensino Fundamental fizeram então surgir a indagação do referido tema.

Sendo assim, buscou-se coletar elementos que respondessem a esta interrogação e contribuíssem para esclarecer sobre a inclusão escolar desses alunos, estabeleceu-se o seguinte objetivo: demonstrar a importância dos serviços de apoio às crianças com déficit cognitivo, mostrando que a sala de recursos pode buscar soluções para minimizar as dificuldades de aprendizagens, acreditando na construção de uma sociedade inclusiva.

Entende-se que a relevância dessa pesquisa está em ouvir dos próprios professores o que ajuda e o que dificulta o trabalho docente, quando há alunos com déficit cognitivo na sala de aula e quais os serviços de apoio que estes alunos recebem, bem como as estratégias utilizadas para que aconteça a aprendizagem. O intuito também é saber se os professores estão preparados para a inclusão e o que sabem a respeito de adaptações curriculares, visto que a inclusão só acontecerá se todos estiverem empenhados na melhoria da qualidade de nossa educação escolar.

Sabe-se que é grande o desafio a ser enfrentado para que todas as crianças aprendam juntas. Independentemente de ter ou não sala de recursos, as escolas já estão abertas para receber crianças com déficit cognitivo.

No trabalho como professora de primeira série, percebe-se os entraves e conflitos ao receber uma, duas ou mais crianças enquadradas nesse perfil na sala de aula.

Sendo assim deseja-se, com essa pesquisa, discutir a importância do suporte pedagógico, para que não se ignore as necessidades específicas de cada um. Indo

além, ainda quer-se contribuir para a mudança de certas atitudes no que diz respeito ao preconceito.

No mundo contemporâneo, com uma grande diversidade de meios e recursos, procura-se refletir e discutir sobre como ensinar os alunos com déficit cognitivo, para que obtenha apoio de caráter mais especializado, permitindo-lhes a apropriação do conhecimento, a construção dos esquemas, das técnicas, dos desafios, oferecendo situações de aprendizagem.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este estudo tem como tema central a questão dos recursos metodológicos utilizados em sala de recursos, no processo de aprendizagem de alunos com déficit cognitivo. Para desenvolver esta problematização é imprescindível apresentar algumas considerações sobre adaptações curriculares na escola inclusiva para alunos com necessidades educativas especiais.

3.1 ADAPTAÇÕES CURRICULARES NA ESCOLA INCLUSIVA

Faz parte do cenário educacional a problematização do tema inclusão/exclusão social com fito de promover uma educação de qualidade para todos. O desafio da inclusão educacional é enfrentado como uma possibilidade de repensar e reestruturar políticas e estratégias educativas de modo a não apenas criar oportunidades efetivas de acesso para crianças com necessidades educativas especiais, mas, sobretudo garantir condições para todos manterem-se na escola.

As Adaptações Curriculares são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional de forma a favorecer a todos os alunos, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais.

A adoção de sistemas mais flexíveis e adaptáveis, capazes de levar em consideração as diferentes necessidades dos alunos, contribui para o êxito no ensino e na integração, pois a escola comum torna-se inclusiva quando a mesma se reestrutura para atender a diversidade. Segundo Mazzota,

assegurar oportunidades iguais não significa garantir tratamento igual para todos, é preciso oferecer meios adequados às características e necessidades de cada pessoa, para que ela possa desenvolver sua potencialidade. Assim, a escola deve oferecer oportunidades educacionais diversificadas para assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação (1998, p. 13).

Os alunos com déficit cognitivo podem apresentar uma imaturidade cognitiva quando comparado a uma criança da mesma faixa etária. Desse modo, deve-se considerar cada aluno com suas características próprias, com necessidades educativas especiais específicas. Portanto, exige um planejamento de ensino individualizado condizente com suas potencialidades.

Alguns alunos com déficit conseguem assimilar os conteúdos curriculares; outros apenas conseguem adaptar-se socialmente; outros apresentam condições de desenvolver outras habilidades (lingüística, matemática) e ainda há outros que apresentam um déficit cognitivo tão acentuado que acarreta severo comprometimento global. Diante dessas diferenças, entre os alunos com déficit cognitivo, é imprescindível o uso de adaptações curriculares a fim de atender às necessidades individuais de aprendizagem de cada um dos alunos.

Considerando-se os diversos tipos de defasagens dos alunos, surge a necessidade de um currículo especial que seja voltado para o desenvolvimento das habilidades básicas, requeira a participação familiar e uma avaliação pedagógica e psicopedagógica do aluno

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares, página 53, abordam a necessidade de se realizar adaptações significativas nos currículos para o atendimento de alunos que apresentam déficits, sejam eles de ordem cognitiva, psíquica, motora ou sensorial. Também é relevante destacar que no referido documento consta o conceito de adaptações curriculares:

Estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizem adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagens dos alunos, considerando que o processo de ensino aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (BRASIL, 1998, p.15).

Assim, as adaptações curriculares constituem possibilidades educacionais de atuarem frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos, com base no princípio da individualização do ensino e consistem na planificação e ação docente

fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; o que, como e quando avaliar este aluno.

Ainda conforme os PCNs:

As necessidades especiais revelam que tipo de ajuda, diferentes das usuais, são necessárias, a fim de cumprir as finalidades da educação. As respostas a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no projeto político pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas, da adaptação progressiva do ensino regular, buscando garantir que os alunos com necessidades participem de uma programação tão normal quanto possível e tão específica quanto suas necessidades requeiram (BRASIL, 1998, p.34).

Desse modo, verifica-se que a aprendizagem escolar está diretamente vinculada ao currículo, organizado para orientar, dentre outros, os diversos níveis de ensino e as ações docentes, devendo ainda exercer as expectativas da sociedade e da cultura em que se insere.

Quanto ao currículo, McLaren afirma:

... representa muito mais do que um programa de estudos, um texto em sala de aula ou um vocabulário de um curso, mais do que isso ele representa a introdução de uma forma particular de vida; ele serve em parte, para preparar os estudantes para posições – dominantes ou subordinadas na sociedade existente. O currículo favorece certas formas de conhecimento sobre outras e afirma os sonhos, os desejos e valores de grupos seletos de estudantes sobre outros grupos, com freqüência discriminando certos grupos raciais, de classe ou gênero (1998, p.116).

As adaptações curriculares, objeto das discussões apresentadas no presente trabalho, são modificações no planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação no currículo como um todo, ou em aspectos dele, para acomodar os alunos com necessidades especiais.

Então, também é primordial verificar a explícita visão de currículo, instrumental, aberto, dinâmico, flexível e diversificado, cuja centralidade está nas dificuldades e nas capacidades de aprendizagem dos educandos. Conforme os PCNs, “o currículo é visto como uma ferramenta que pode ser alterada para beneficiar o desenvolvimento pessoal e social dos alunos resultando em alterações que podem ser de maior ou de menor expressividade” (BRASIL, 1998, p. 34).

Portanto, o que se almeja é a busca de soluções para as necessidades específicas do aluno e não o fracasso na viabilização do processo ensino/aprendizagem. Com isso, as demandas escolares precisam ser ajustadas para favorecer a inclusão do aluno e não é possível pensar que se está abrindo mão da qualidade do ensino, mas sim que é uma forma de evitar a exclusão dos alunos com necessidades educativas especiais.

3.1.1 Aspectos das adaptações curriculares

Alguns aspectos quanto a objetivos, conteúdos, metodologia e organização didática, avaliação e temporalidade acerca das Adaptações Curriculares de grande e pequeno porte, encontradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

1. Objetivos

- . Eliminação de objetivos básicos
- . Introdução de objetivos específicos, complementares e/ou alternativos

2. Conteúdos

- . Introdução de conteúdos específicos, complementares ou alternativos
- . Eliminação de conteúdos básicos do currículo

3. Metodologia e Organização didática

- . Introdução de métodos e procedimentos complementares e/alternativos de ensino e aprendizagem
- . Organização
- . Introdução de recursos específicos de acesso ao currículo

4. Avaliação

- . Introdução de critérios específicos de avaliação
- . Eliminação de critérios gerais de avaliação
- . Adaptações de critérios regulares de avaliação
- . Modificação dos critérios de promoção

5. Temporalidade

. Prolongamento de um ano ou mais de permanência do aluno na mesma série ou ciclo (retenção)

3.1.2 Níveis de adaptações curriculares

As adaptações curriculares não devem ser entendidas como um processo exclusivamente individual ou uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno. Elas realizam-se em três níveis: no âmbito do projeto pedagógico (currículo escolar); no currículo desenvolvido em sala de aula e no nível individual.

Quanto à diversificação curricular, há alunos com necessidades educativas especiais que não conseguem alcançar os objetivos, conteúdos e componentes propostos no currículo regular para atingir a sua escolarização. Verifica-se a necessidade de realizar uma adaptação extrema para atender aos alunos. Essas situações indicam conteúdos curriculares de caráter mais funcional e um programa diversificado também pode ser indicado.

No que se refere à terminalidade específica, o capítulo V da Educação Especial, em seu art. 59 prevê que é “para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências...” (LDBN, 1996 p.28). As possibilidades desse procedimento são encontradas no artigo 24 da LDBN (1996), sendo priorizadas as alternativas disponíveis de forma a garantir as especificidades dos educandos.

Já a Resolução nº 02/2001 em seu artigo 16, estabelece que:

É facultado às instituições de ensino, esgotadas as possibilidades pontuadas nos art. 24 e 26 da LDB, viabilizar ao aluno com grave deficiência mental ou múltipla, que não apresentar resultados de escolarização previstos nos incisos I do artigo 23 da mesma lei, terminalidade específica do ensino fundamental, por meio da certificação de conclusão de escolaridade, com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as competências desenvolvidas pelo educando bem como o encaminhamento devido para a educação de jovens e adultos e para a educação profissional.

Dentro deste contexto, é necessário observar-se algumas premissas para tornar a flexibilização curricular positiva, atendendo realmente às necessidades específicas dos alunos.

A terminalidade específica:

- não pode acontecer antes dos 15 anos de idade.
- não finaliza a escolarização do aluno, mas indica outro itinerário acadêmico: Educação de Jovens e Adultos.
- aponta outra vertente de oportunidade associada: educação profissional.
- a continuidade da escolarização pode valer-se de recursos da educação especial.
- a educação inclusiva continua sendo a alternativa mais indicada para o educando com necessidades educativas especiais.
- a promoção humana, escolar e profissional do aluno com deficiência mental é a finalidade da terminalidade específica.

A realização das adaptações curriculares é o caminho para o atendimento às necessidades específicas da aprendizagem dos alunos. No entanto, requer que os sistemas de ensino modifiquem não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas que se organizem para construir uma real escola para todos. Que dê conta das especificidades de seus alunos, levando em consideração os valores que orientam a prática pedagógica, pois para os alunos essas questões têm significado particularmente importantes. É preciso ainda olhar para a contradição discriminação/exclusão para transformar o cotidiano escolar num processo de mudança justo e solidário, entendido como responsabilidade de todos, não apenas da escola, mas também da família e da sociedade como um todo.

3.2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Com a educação inclusiva, as escolas estão abertas a todos os alunos com ou sem deficiência, ao mesmo tempo, os professores da sala comum do ensino regular sentem-se despreparados para lecionar e trabalhar com as diferenças. Isso ficou evidente na fala de todos os entrevistados. Eles precisam, além de capacitação e da ajuda de uma equipe de apoio, sentirem-se seguros e, preparados para receberem e ensinarem, de forma significativa, seus alunos.

Uma criança que vem para a sala de aula com a auto-estima baixa, estigmatizada e rotulada, terá que conviver ainda com as representações que a professora fará de sua deficiência. E uma representação é, quase sempre, uma distorção da realidade, buscando respostas para as indagações. Se a professora acreditar no aluno, na sua potencialidade e no que ele é capaz, certamente terá boas perspectivas de aprender. Mas, se chegar à escola e for discriminada e a

professora fizer uma representação negativa a seu respeito, já estará fadada ao fracasso em sua vida escolar.

A inclusão iniciou na década de 1980, no Brasil tomou impulso na década de 1990 e, assim, é considerada recente em nossa sociedade. Mas, aos poucos vêm dando espaço às discussões, reflexões e criando esperanças de um dia propiciar a construção de uma sociedade mais justa para todos.

O debate em torno da inclusão nas escolas, nos cursos, nos seminários sobre educação sempre tem muito mais perguntas do que respostas. Nesses debates busca-se responder questões problematizadas, como por exemplo: o que não é inclusão; o que falta para ser um professor inclusivo; como trabalhar com o diferente se não possui habilitação. São inúmeras dúvidas, que leva os professores a dividirem-se em duas correntes: a favor ou contra a inclusão.

Os alunos com necessidades educacionais especiais precisam receber uma educação diferenciada, recursos pedagógicos e metodologias educacionais compatíveis com suas necessidades particulares. É imprescindível que haja o respeito à sua diferença, seja ela qual for, se deficiência auditiva, visual, mental, física, altas habilidades, etc. Sendo assim, é a escola quem deve adaptar-se ao aluno, visando sempre sua inserção na sociedade com maior autonomia possível.

Os professores devem estar dispostos a novas mudanças, aprimorando seus conhecimentos, buscando alternativas, revisando suas metodologias, seus conceitos e seus valores para atuarem como peça fundamental no processo de construção de uma sociedade mais solidária e menos excludente. A escola como um todo deve tornar-se um ambiente educativo, não jogando a responsabilidade só para a professora da sala de recursos como revelou a pesquisa.

O grande desafio dos educadores é rever suas práticas, reconhecer que através das representações sociais formam opinião e isso pressupõe mudanças infra-estruturais e atitudinais na formação do educador. Exige também uma reflexão sobre suas ações, principalmente no respeito, no cuidado e na valorização da pessoa humana.

4 CAMINHO DA PESQUISA

Esse estudo se inscreve como uma pesquisa de cunho qualitativo que utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista e observação.

Para uma melhor visualização do estudo realizado, apresenta-se o caminho metodológico percorrido:

- Três professores que lecionam em salas regulares de três escolas estaduais, localizadas na cidade de São Borja – RS.
- Três professores que atuam também em salas regulares de três escolas municipais, localizadas na cidade de São Borja – RS, sendo que um destes profissionais atua também em sala de recursos.

1º Passo – Levantamento de material bibliográfico: foram realizadas leituras de livros, artigos, entrevistas, pesquisas sobre trabalhos que abordam a inclusão escolar, materiais produzidos pela SEESP/MEC e tratam das adaptações curriculares. Há relatos de professores que atuam em salas comuns e salas de recursos, além de textos, evidenciando dados a respeito de déficit cognitivo.

2º Passo – Contato com as instituições para ver a possibilidade de realizar o trabalho, já localizando os sujeitos. Após a localização desses alunos, foi feito contato com os professores, para uma breve exposição da pesquisa e ver a disponibilidade dos sujeitos para participarem desta investigação.

3º Passo – Coleta de dados e transcrição das entrevistas: para coletar os dados foram agendados dias e horários, de acordo com a disponibilidade dos sujeitos. Antes do início de cada entrevista foi apresentado o termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Com a entrevista finalizada, teve início a fase de transcrição.

Os dados foram coletados pela pesquisadora, através de pesquisa semi-estruturada, a partir de um roteiro de sete perguntas (abaixo discriminadas), com docentes que lecionam para alunos com déficit cognitivo.

PERGUNTAS

1. Como é para você ter um aluno com déficit cognitivo em sala de aula?
2. Que serviços de apoio esse aluno recebe?
3. Em sua opinião, que serviços de apoio facilitariam o seu trabalho com esse aluno?

4. Quais as dificuldades encontradas ao lecionar para alunos com déficit cognitivo?
5. Quais as estratégias que você utiliza para passar o conteúdo a esse aluno?
6. O professor está preparado para a inclusão?
7. O que você sabe a respeito de adaptações curriculares?

É útil informar que o roteiro da entrevista semi-estruturada foi adotado para propiciar uniformidade na coleta de dados.

ANÁLISE DOS DADOS

Ao serem questionados sobre: “como é para você ter um aluno com déficit cognitivo em sala de aula”, os entrevistados foram unânimes em considerar que ter um aluno com déficit cognitivo, em sala de aula, é muito difícil. O professor E1 descreveu a situação como “angustiante”, uma vez que a escola não oferece mecanismos efetivos para a inclusão destes alunos.

Diante do questionamento sobre os tipos de serviços de apoio que recebe o aluno com déficit cognitivo, as professoras E1 – E2 – E3, da Rede Estadual, afirmaram que as escolas nas quais lecionam não possuem sala de recursos. Portanto, seus alunos incluídos não recebem nenhum tipo de serviço de apoio e sendo assim acreditam que se a escola tivesse uma equipe multidisciplinar ajudaria muito no trabalho com esses alunos. Já na Rede Municipal onde também lecionam 20 horas e têm sala de recursos conseguem ver a diferença de uma escola para outra.

Um dos alunos da professora E2 tem paralisia cerebral e ela não sabe até onde deve insistir na aprendizagem da criança sem forçá-lo demais. Na mesma sala de aula ainda tem um caso de aluno com transtorno psiquiátrico, no entanto esses são dois casos diagnosticados e que estão apenas em tratamento neurológico. O único apoio pedagógico é aquele proporcionado por ela, no mesmo horário da aula, que muitas vezes recorre ao auxílio da colega da sala de recursos da Rede Municipal e, através de jogos e brincadeiras, vai tentando descobrir as áreas de desenvolvimento afetadas na criança para melhor desenvolvê-las.

A professora E1 salientou, ainda, a necessidade de materiais para estimulação e profissionais habilitados para atender esses alunos. Nas três escolas da Rede Estadual, o único atendimento especializado é o da Professora Orientadora.

As três professoras municipais entrevistadas, E4 – E5 – E6, possuem o auxílio da SADA (Serviço de Atendimento as Dificuldades de Aprendizagem), onde os alunos recebem atendimento dos técnicos e serviços de acompanhamento em todas as áreas de desenvolvimento, realizadas por professoras com curso de capacitação para trabalhar nessas salas.

No que diz respeito ao fato de os serviços de apoio facilitar o trabalho do professor com o aluno com déficit cognitivo, todos os professores entrevistados salientaram a importância do atendimento de técnicos como: psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicopedagogos. A professora E1 citou ainda o trabalho de neurologistas, bem como, assistentes sociais e até nutricionistas. A mesma acredita que a escola ainda deve proporcionar assistentes sociais e educadores que façam um trabalho envolvendo as famílias dos alunos, traçando metas diferenciadas de acordo com as necessidades específicas de cada um, respeitando suas diferenças. Acredita ainda que, se as crianças fossem atendidas por profissionais especializados e os mesmos enviassem um relatório para as professoras, seria mais fácil trabalhar e sanar as dificuldades que o aluno apresenta. O processo deveria ser em conjunto e não isolado.

Os professores da Rede Estadual, além de tudo isso, ainda esperam um dia contar com o apoio da sala de recursos, com professores habilitados. Quando perguntados sobre quais seriam as dificuldades encontradas por eles (professores) ao lecionarem para alunos com déficit cognitivo, todos os entrevistados citaram a falta de conhecimento e o despreparo para trabalharem com os alunos com déficit cognitivo. A professora E5 citou ainda a falta de recursos materiais e a falta de estimulação da família e a professora E3 alegou que, além da falta de preparo, há o número de alunos por sala de aula, cada vez maior para atendê-los com qualidade e a falta de técnicos, pois, muitas vezes, a professora da sala comum ou orientadora é quem deve conseguir o atendimento especializado para o aluno com necessidades educativas especiais.

No que se refere às estratégias utilizadas pelos professores entrevistados para passar o conteúdo ao aluno com déficit cognitivo, verificou-se que a professora E2, que trabalha com a educação infantil, centraliza as estratégias didáticas no lúdico, procurando desenvolver todas as áreas de desenvolvimento do educando com fichas

semanais³ para que não fique nem uma área sem ser trabalhada. As professoras E2 – E5 – E6, responderam que trabalham o conteúdo de diversas maneiras, como por exemplo: através da oralidade, questões práticas, educação artística, recortes. A professora E1 respondeu que apresenta o conteúdo e várias atividades de formas diferentes na busca de uma adequada e satisfatória aprendizagem e a professora E6 disse que utiliza jogos pedagógicos confeccionados por ela mesma e brincadeiras, tentando adequar o conteúdo ao nível desse aluno que tem dificuldade e assim vai modificando o que ele conseguiu até conseguir quase a totalidade do conteúdo.

Ao tratar do tema da sua formação para trabalhar com a inclusão, todos os professores responderam que não estão preparados para a inclusão. As professoras E1 e E3 pensam que a responsabilidade não é do professor e sim das instituições que habilitam os profissionais sem essa competência. A professora E3 respondeu que só quando se depara com o “diferente” é que se pensa na necessidade de aperfeiçoamento. A professora E4 pensa que todo o sistema educacional deveria sofrer modificações, além de suportes para o atendimento para que o profissional se sentisse mais seguro e a professora E2 disse que é consciente de que a formação é um fator decisivo e por isso já fez um curso de capacitação.

Em relação ao conhecimento que possuíam sobre as adaptações curriculares, duas professoras responderam que adaptações curriculares são adaptações no método de trabalho, nos objetivos, no modo de avaliar o aluno e afirmaram que infelizmente, em muitos colégios ainda nem consta nos regimentos escolares e poucos professores sabem o que é uma adaptação. Uma professora respondeu da seguinte forma: “vou deixar essa questão, pois, as adaptações curriculares ainda não foram implementadas”. A quarta professora respondeu que, através de cursos e palestras, aprendemos a valorizar e avaliar o que o nosso aluno tem de bom e saber desenvolver. Percebe a importância de respeitar as diferenças e suas limitações, aplicando no aluno trabalhos avaliativos que sejam de sua compreensão.

O quinto professor acredita que adaptações curriculares são todas as alterações feitas no processo de ensino aprendizagem com a finalidade de proporcionar a construção do conhecimento a sujeitos com algum tipo de limitação.

³ Fichas utilizadas pela professora, para descrição de atividades realizadas para desenvolver as áreas de esquema corporal, coordenação global, fina e óculo manual, lateralidade, estrutura espacial e temporal, onde ele vai marcando as habilidades que o aluno já alcançou para intensificar com novas atividades, como forma de estimular o processo de alfabetização.

Incluindo nesse processo, até mesmo a diferenciação de metas a serem atingidas. E a sexta entrevistada respondeu que não sabia nada de adaptações curriculares.

Os professores que participaram desta investigação consideraram que ter um aluno com déficit cognitivo em sala de aula é uma experiência um tanto angustiante, difícil e preocupante devido ao despreparo, mas que consideram um grande desafio no decorrer do ano, uma vez que procuram pesquisar e estudar mais para ver se conseguem melhorar a qualidade do atendimento para esse aluno.

Todos os entrevistados disseram que seus alunos necessitam de técnicos especializados para atendimento, de professores capacitados para dar um suporte ou reforço e que eles mesmos deveriam ter mais conhecimento sobre classe especial para melhorar a qualidade educacional. Estes dados evidenciam o desconhecimento sobre como lidar com as diferenças.

Na opinião dos entrevistados, os serviços de apoio que facilitariam o trabalho dos professores tiveram como ponto principal a atuação de profissionais especializados atuando com diagnóstico preciso as áreas em defasagem no aluno. Para os professores estaduais, notou-se a vontade de contar com uma sala de recursos mantida pela escola, onde o aluno tivesse acesso a materiais diversificados e professor capacitado para atendimento.

Para cinco, dos quatro professores entrevistados, a falta de conhecimento e o despreparo para trabalhar com os alunos incluídos tornam mais difíceis o seu trabalho em sala de aula. O número excessivo de alunos prejudica o atendimento mais individualizado para aqueles alunos que necessitam de mais tempo e mais estratégias para aprenderem. A falta de compromisso da família também é um fator que preocupa os entrevistados.

Para quatro das professoras entrevistadas, o conteúdo é passado para o aluno de forma lúdica, através de jogos e brincadeiras, tendo uma ótima aceitação por parte não só dos alunos incluídos, bem como de todos eles. Apenas uma professora confecciona seus próprios jogos, adequando ao nível do aluno para tornar a aprendizagem mais prazerosa e satisfatória. Outra professora utiliza recortes e a parte artística para passar o conteúdo aos alunos com déficit cognitivo, além da oralidade e questões práticas.

Todos os professores afirmaram, sem sombra de dúvidas, que não estão preparados para a inclusão, Todos se referiam ao fato de não terem habilitação para trabalharem com doentes mentais, já que no seu entendimento déficit cognitivo é

uma doença mental leve. E mesmo aquele que fez o curso de capacitação não se acha preparado, pois, não depende só dele, mas de um conjunto de fatores que ajudarão a incluir ou excluir os alunos com déficit cognitivo.

Quatro das seis entrevistadas tiveram certa dificuldade em responder o que são adaptações curriculares e apenas duas explicaram de forma prática, mas todas deixaram claro que pretendem propor espaços coletivos em suas escolas para ampliar conhecimentos e discussões a respeito das adaptações curriculares.

Em termos gerais, observou-se que uma educação inclusiva e de qualidade é àquela que permite ao aluno o acesso através da sala de recursos de alguma adaptação de material, ou mudança na estratégia, da explicação oferecida pelo professor. Mas, que, principalmente o educador aprenda a valorizar a diversidade presente em nossas salas de aula aceitando as diferenças, sugerindo a modificação no projeto político-pedagógico de sua escola, mostrando que o aluno em situação de deficiência mental possui uma limitação, mas não é incapaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas realizadas nesse estudo tiveram o objetivo de demonstrar a importância dos serviços de apoio, com o intuito também de investigar o rendimento acadêmico dos alunos com déficit cognitivo e identificar se as metodologias realizadas na sala de recursos ajudam na escolarização desses alunos. As informações, opiniões e dados obtidos foram compilados e titulados para ressaltar a tônica dos depoimentos cujas idéias ora revelam uma problemática quase ignorada ora revelam novas possibilidades para a inclusão, mas os entrevistados foram unânimes em considerar o setor de apoio necessário à adaptação desses alunos à escola.

As escolas que ainda não se beneficiam de uma sala de recursos, evidenciaram ainda mais a diferença e geralmente as pessoas comportaram-se de forma defensiva, justificando o despreparo para lidar com a diferença.

Os dados das entrevistas analisados dos seis sujeitos dessa pesquisa indicam que a falta de conhecimento das políticas públicas também dificulta o trabalho do professor da sala comum, uma vez que, muitas vezes, ele nem sabe como encaminhar o aluno para procurar os seus direitos e assim proporcionar a inclusão do aluno com dificuldade para aprender.

Percebeu-se que ainda falta conhecimento e preparo aos professores, para lidar com a diversidade. Em contrapartida, o empenho e a dedicação aparecem como um fator positivo e mesmo que não se sintam preparados para a inclusão, estão fazendo o que está ao seu alcance recorrendo, muitas vezes, ao senso comum. Cada vez mais eles estão percebendo que as diferenças não só devem ser aceitas, mas também acolhidas como subsídio para construção de uma sociedade mais justa.

A partir do estudo em questão, compreendeu-se que, para que os professores possam trabalhar com alunos que têm déficit cognitivo, de forma a oferecer condições de inclusão escolar, faz-se necessário um conhecimento maior sobre o que é déficit cognitivo de forma a oferecer estratégias, metodologias e condições para a inclusão escolar. Concordo com Massini (2004, p. 45), quando afirma:

a efetiva inclusão requer clareza sobre situações concretas de convívio: Clareza sobre a própria ação, sobre a própria concepção a respeito da pessoa com deficiência e de ter em classe um aluno com deficiência, sobre os próprios sentimentos e as crenças nas possibilidades de um estudante com deficiência [...] é um trabalho que vai se constituindo ao longo do tempo... não se constrói e finaliza em um período fixo de duração [...].

Este trabalho vem constatar a necessidade de se investir em projetos que viabilizem a construção de salas de recursos em escolas estaduais na cidade de São Borja e também na formação de professores, já que suas ações constituem elementos fundamentais no processo de transformação do sistema educacional, visando à implementação de uma educação de qualidade para todos.

Sendo assim, cabe ressaltar que se precisa ter primeiro o conhecimento para depois exigir das políticas públicas o apoio necessário para facilitar o trabalho dos professores que têm em classe alunos com deficiência, pois o que se viu com essa pesquisa é que muitas vezes os professores sentem-se desamparados e sem respaldo para atender os alunos em suas necessidades especiais.

Parece haver certa ansiedade e até culpa diante de cobrança de atitudes que poderiam ser praticadas e não foram por desinformação ou desconhecimento. Então, começa um jogo de acusação e defesa. Deve-se ter em mente que o importante é procurar compreender que uma pessoa com deficiência é, antes de tudo, um ser humano e como tal merece todo o respeito. Então, primeiro deve-se aceitar a inclusão para depois saber como agir, contribuindo para mudar a realidade, enfatizando sempre o potencial dos alunos.

Um dos aspectos positivos levantados e que deve ser ressaltado é a importância das salas de recursos na Rede Municipal, algo que ajuda tanto o aluno, quanto os professores da sala comum, principalmente naquela troca constante de informações e experiências de aprendizagem, mesmo de uma escola para outra como acontece com uma das entrevistadas. Elas asseguram que o que determina a qualidade do atendimento para o aluno com déficit cognitivo é a criação de possibilidades e explorar as diferentes estratégias do conhecimento.

Notou-se, através da pesquisa que, felizmente, a postura de discriminação dos profissionais começou a mudar, diminuindo assim os “rótulos” atribuídos às pessoas com alguma deficiência do tipo, “não vai aprender a ler”. Essas mudanças conduzem a uma forma de ensino necessário para melhorar a educação e o aproveitamento escolar por parte de todos os alunos.

A inclusão no Ensino Regular necessita de uma equipe de apoio que, entre outras funções, exerça a tarefa de avaliar o processo pedagógico, bem como assessorar pedagogicamente o professor da sala comum. As tarefas para o aluno com deficiência devem ser apresentadas das mais fáceis para as mais complexas, fazendo com que o professor conheça as potencialidades do aluno, observando seus pontos fortes e fracos e estudando assim as diferenças individuais da turma.

Pode-se dizer que, quanto mais a criança interage com diferentes situações mais ela adquire o conhecimento, sendo assim deve-se ter o cuidado de não subestimar a inteligência da criança, apresentando-lhe apenas o que é considerado muito fácil.

Comunga-se com a opinião de Mantoan (2006, p. 2) quando ela afirma que “você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser”. Sendo assim, ter uma sala de recursos significa responder aos objetivos de uma prática educacional que oferece serviços de qualidade para atender alunos com necessidades educativas especiais, disponibilizando aos professores novas ferramentas pedagógicas. Diminuindo, assim, a ansiedade e a insegurança diante da responsabilidade de lecionar, respeitando as diferenças de cada um.

Concluindo, percebe-se que quando se possui informações realizam-se atividades diferenciadas, utilizam-se materiais pedagógicos específicos, quer sejam industrializados ou confeccionados, de acordo com a necessidade que a ocasião exige, metodologias e estratégias, é possível trabalhar com alunos que possuem necessidades educativas especiais, garantindo-lhes uma Educação com mais qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96**. Brasília, Distrito Federal: Senado, 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, Distrito Federal: Senado, 1998.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação à Distância. Deficiência Mental e Inclusão Social. Cadernos da TV Escola. Deficiência Mental e Deficiência Física. **Tendências e Desafios da Educação Especial**. Brasília: MEC/SESP, 1998, p.13.

_____. **Resolução nº 02/2001**. Brasília, Distrito Federal: Senado, 2001.

MCLAREN, Peter. A luta por justiça social: breves reflexões sobre o ensino multicultural nos Estados Unidos. **Revista Pátio**, ano 2, 1998, nº 6, p. 24-33.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. **Nova E scola**, n. 182, mai. 2006.

MASSINI, E. F. S. Uma experiência de inclusão – Providências, viabilização e resultados. In: **Educar em Revista**. Curitiba, n. 23, jan. jun. 2004. p. 29-43.

MAZZOTA, M. J. da. **Deficiência mental e inclusão social** – Cadernos da TV Escola. Deficiência Mental e Deficiência Física – Brasília MEC/Secretaria de Educação à distância, 1998, p.13.